



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **15/08/2018**

Aprovado em: **15/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.24>

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL: contribuições da Tecnologia Assistiva

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

JOSILENE SOUZA LIMA BARBOSA, RITA DE CÁCIA SANTOS SOUZA, ANA CLÁUDIA SOUSA
MENDONÇA

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo apresentar as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência na trajetória educacional. Ao tempo que mostra através de estudos que a tecnologia assistiva é uma ferramenta importante para alunos que necessitam de apoios que compensem as barreiras ou deficiências que impeçam a independência e autonomia pessoal, todavia, em se tratando do aluno com deficiência intelectual, onde as funções cognitivas são afetadas, necessitam de estratégias pedagógicas e tecnologia educacional que trabalhem os estímulos adequados a cada situação individual, investindo nas potencialidades desses alunos. Estudo de cunho bibliográfico e documental baseado em leis, decretos e outras. As conclusões pretendem contribuir com a importância do atendimento educacional especializado como apoio nas dificuldades enfrentadas por esse público no ensino regular inclusivo.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Tecnologia Assistiva. Tecnologia Educacional.

ABSTRACT

The present article had the objective to show the difficulties faced by students with disabilities in the educational trajectory. While showing through the study which assistive technology is an important tool for students who need support to compensate for the barriers or deficiencies that prevent independence or personal autonomy, nevertheless, in the case of students with intellectual disabilities, where the cognitive functions are affected, they need pedagogical strategies and educational technology which work the stimuli appropriate to each individual situation, investing in the potentialities of these students. Bibliographical and documentary study based on laws, decrees and others. The conclusions intended to contribute to the importance of specialized educational assistance as support in the difficulties faced by this public in inclusive regular education.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Intellectual Disability. Assistive Technology. Educational technology.

RESUMEN

El presente artículo tuvo por objetivo presentar las dificultades enfrentadas por alumnos con discapacidad en su trayectoria educativa. Al tiempo que muestra a través de estudios que la tecnología asistiva es una herramienta importante para los alumnos que necesitan apoyos que compensen las barreras o deficiencias que impiden la independencia o autonomía personal, sin embargo, cuando se trata del alumno con discapacidad intelectual, donde las funciones cognitivas son afectadas, necesitan estrategias pedagógicas y tecnología educativa que trabajen los estímulos adecuados a cada situación individual, invirtiendo en las potencialidades de esos alumnos. Estudio bibliográfico y documental basado en leyes, decretos y otras. Las conclusiones pretendieron contribuir con la importancia de la atención educativa especializada como apoyo en las dificultades enfrentadas por ese público en el aula de enseñanza regular inclusiva.

PALABRAS CLAVE: Atención Educativa Especializada. Deficiencia intelectual. Tecnología Asistiva. Tecnología Educativa

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência enfrenta muitas dificuldades para ter acesso ao conhecimento e sua trajetória é marcada por conquistas históricas quanto ao acesso à educação nas instituições de ensino, inicialmente em escolas especiais e atualmente em escolas do ensino regular. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o índice de inclusão passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Ainda de acordo com os dados, a maior parte desses alunos não tem acesso ao atendimento educacional especializado, alcançando apenas o percentual de 40,1%.

Houve um crescimento gradativo nos últimos quatro anos, contudo, as nossas escolas não estão estruturadas para atendimento adequado a essa população; temos ciência dos avanços, mas, muito precisa ser feito para se alcançar um atendimento de qualidade para todos, independentemente de ter ou não deficiência. De 2016 para 2017, tivemos 70.000 novos alunos com deficiência com matrículas na educação básica, foram 751.065 alunos em 2016 e 827.200 em 2017, de acordo com o Censo Escolar de 2017. Estes números aumentarão gradativamente a cada ano, devido ao que é proposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que está reformulada para atender especificidades que não foram contempladas e alcançar um maior número possível de pessoas com deficiência tendo os seus direitos à educação, garantidos.

Embora, com um quantitativo de leis considerável e com reconhecimento internacional, a educação inclusiva brasileira enfrenta muitos problemas. Faltam professores devidamente preparados, salas de recursos insuficientes, acessibilidade quanto às barreiras arquitetônica, urbanística, de comunicação e sinalização. A escassez e o incentivo de pesquisas referentes à solução de problemas também, é uma realidade enfrentada.

A Lei 10.098/2000 determina que, precisam ser eliminadas as barreiras quanto à acessibilidade urbana, arquitetônica, nos transportes e na comunicação. Determina a promoção de especialização profissional, o incentivo a pesquisas, assim como a aquisição de ajudas técnicas.

Entretanto, é urgente e necessário pensar na acessibilidade pedagógica, não é suficiente que, as escolas e dentro dos padrões estabelecidos, equipadas com recursos tecnológicos e com salas de recursos, se não tiverem um corpo docente devidamente preparado para atuarem neste novo contexto educacional. A acessibilidade pedagógica é um dos grandes entraves para que a educação inclusiva possa dar um salto qualitativo.

A inclusão escolar requer uma nova forma de pensar a educação, está em processo de construção e os educadores precisam se conscientizar que é uma realidade a ser enfrentada no cotidiano escolar. As escolas inclusivas precisam contar com o apoio especial através do Atendimento Educacional Especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) caracteriza-se como um dos

campos de atuação da educação especial, objetivando complementar ou suplementar a formação do educando disponibilizando serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que possam maximizar a sua atuação na sociedade. Este serviço não substitui a escolarização realizada na classe comum. O AEE deverá ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais no turno inverso ao qual o aluno está matriculado.

[...] Inclui principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), do código de pontos, uso e recursos de informática e outras ferramentas tecnológicas, além de linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas comuns para que elas possam atender com qualidade aos alunos com e sem deficiência. (FÁBIO PANTOJA; MONTAN, 2007, p.26)

Oliveira et. al (2006) explicam que a sala de recursos multifuncionais é um espaço para a realização do AEE, visando atender alunos com alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, dividida em três grupos:

• Alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou a condições relacionadas a disfunções, limitações ou deficiências;

• Alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;

• Alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse por algum tema ou grande criatividade ou talento específico. (ALVES et. al, 2006, p.16)

As autoras acima afirmam, estão incluídos nesses grupos: alunos com autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros. Os sistemas de ensino têm a responsabilidade e a autonomia

organizar e atender aos alunos de acordo com as necessidades encontradas.

Dentre os grupos contemplados estão os alunos com deficiência intelectual que consiste em um grande desafio para os educadores no contexto da inclusão escolar, entretanto, Vygotsky (1989) afirma, a criança com deficiência intelectual não é menos desenvolvida que outra da sua idade, mas o seu desenvolvimento ocorre de forma diferenciada.

Para ele, a forma de ensinar é que deve ser diferenciada, e o meio social ao qual a criança está inserida, influencia a diferença para o desenvolvimento cognitivo. Batista e Mantoan (2007) comentam que a deficiência intelectual não se esgota em uma condição orgânica ou intelectual e não pode ser definida por um único saber. É uma condição complexa e de investigação em diversas áreas do conhecimento. Estabelecer um diagnóstico é difícil, porque precisa haver uma diferença diferencial entre doença mental (engloba diagnósticos de psicose e psicose precoce) e deficiência mental.

Cabe ressaltar que, apesar das autoras usarem o termo deficiência mental, hoje é utilizado deficiência intelectual. Sassaki (2005) explica que, este segundo é mais apropriado, porque o termo intelectual refere-se ao funcionamento do intelecto especificamente, e não ao funcionamento da mente como um todo. Segundo o autor, em 1995 o *Sir* *Intellectual Disability: Programs Policies, and Planning for the future* da Organização das Nações Unidas – ONU adotou o termo deficiência mental por deficiência intelectual, com o objetivo de diferenciar mais claramente a deficiência da doença mental.

Em 2004, em evento realizado pela Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde a deficiência é consagrada com o documento, "Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual". Contudo, os materiais atuais disponibilizados pelo MEC, é frequente os autores utilizarem o termo deficiência mental.

Rodrigues e Maranhe (2009) afirmam que, deficiência é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, apresentando-se nas habilidades práticas sociais e conceituais originando-se antes dos dezoito anos de idade. As autoras citam que, a inteligência é concebida pela capacidade de raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de idéias complexas, rapidez de aprendizagem e a aprendizagem por meio da experiência.

As autoras definem o comportamento adaptativo como o conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas adquiridas pela pessoa para que possam responder às demandas da vida cotidiana. Quando há limitações nas habilidades, podem prejudicar a pessoa nas relações com o ambiente dificultando o convívio no dia-a-dia, afirmam que no Brasil não há instrumentos padronizados para avaliar o comportamento adaptativo.

As habilidades conceituais são relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. São exemplos dessas habilidades: a linguagem (receptiva e expressiva), a leitura e escrita e os conceitos relacionados ao exercício da autonomia. As habilidades sociais são relacionadas à competência social. São exemplos dessas habilidades: responsabilidade, a auto-estima, as habilidades interpessoais, a ingenuidade (probabilidade de ser enganado e alvo de abuso e violência etc.); a observância de regras, normas e leis e a capacidade de lidar com a vitimização. As habilidades de vida prática são relacionadas ao exercício da autonomia. São exemplos: as atividades de vida diária- alimentar-se e preparar alimentos, arrumar a casa, deslocar-se de maneira independente, manejar dinheiro, cuidar da higiene e vestuário; - as atividades ocupacionais – laborativas e relativas a emprego e trabalho; atividades que promovam a segurança pessoal. (RODRIGUES; MARANHE, 2009, p.47)

Para estas autoras, o importante é tratar as pessoas com esta deficiência de acordo com sua idade cronológica, não comum ver adolescentes sendo tratados como crianças, fato que contribui para o atraso cognitivo desta população influenciando negativamente na sua autoestima.

O importante é proporcionar situações para o desenvolvimento das competências e habilidades, através da pedagogia que não desmereça as potencialidades do aluno com deficiência intelectual para não causar prejuízos à aprendizagem e assim, não se praticar a pedagogia da negação, incorrendo no erro da superproteção que não deve ser uma rejeição com vestimenta disfarçada de colaboração.

Favorecer a integração e participação social de forma que possa ter boas experiências, tomar decisões, expressar e assumir papéis sociais. Ressaltam também, que a escola do ensino regular é o melhor lugar para que os alunos possam

se desenvolver por oportunizar desafios constantes.

Batista e Mantoan (2007) ressaltam que o aluno com deficiência intelectual tem uma maneira própria de lidar saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Para elas, esta deficiência é a que mais abala a escola porque denuncia a urgência da transformação da escola que geralmente não quer mudar os padrões e m idealizados.

As autoras reconhecem que, estes alunos são os que têm mais dificuldades no processo escolar em todos os n séries. Diante desta situação, as escolas comuns acabam encaminhando-os para qualquer outro lugar, onde p encontrar profissionais adequados para ensiná-los.

A pessoa com deficiência mental encontra inúmeras barreiras nas interações com o meio para assimilar as proprie físicas do objeto de conhecimento, como por exemplo: cor, forma, textura, tamanho e outras características re diretamente desse objeto. Isso ocorre porque são pessoas que apresentam prejuízos no funcionamen estruturação e na construção do conhecimento. Por esse motivo, não adianta propor-lhes atividades que insist repetição pura e simples. [...] A criança com deficiência mental precisa exercitar sua atividade cognitiva, de mo consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo avanço. [...] Esse exercício intelectual implica em trabo abstração, através de projeções das ações práticas em pensamento (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 23).

As autoras chamam também a atenção para a importância do AEE para melhorar o desempenho dos alu atendimento deve estar centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento e fazer uso dele, oportuna O AEE deve permitir que, o aluno saia da posição de “não saber ou recusa de saber”, para se apropriar de um que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que construiu.

Batista e Mantoan (2007) explicam que, o AEE deve estar desvinculado da necessidade da produção acad acreditam que, a aprendizagem de conteúdo limita as ações do professor especializado. O AEE não deve se atividade para desenvolver conteúdos acadêmicos, de português, matemática, dentre outros. Com relação à Portuguesa e a Matemática, o AEE deverá permitir ao aluno o aprendizado da escrita, da leitura e da quantifi Oliveira (2006) complementa, as atividades devem ter como objetivo o engajamento do aluno em um proces descoberta.

O AEE para alunos com deficiência intelectual como complemento curricular deve priorizar o desenvolvimen processos mentais, oportunizar atividades, que permitam a descoberta da criatividade. Conforme Alves (professor da sala de recursos deve: realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos n (atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, entre outros).

Como também, levar o aluno a conhecer o corpo, para usá-lo como instrumento de expressão; fortalecer a aut dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações; propor interação dos alunos nos ambientes sociais e preparar materiais e atividades específicas para o desenvolvime aprendizagem dos alunos.

Quando se fala em materiais e atividades específicas, nos vem à tecnologia assistiva como ferramenta impresc para a aprendizagem do aluno com deficiência. Sendo assim, abordaremos a importância dessa ferramenta processo.

CONCEITO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA AUTONOMIA E INDEPENDÊNC PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Antes de adentramos nas contribuições da Tecnologia Assistiva (TA), faz-se necessário compreendermos a trajet mesma em nosso país. Em dezembro de 2007, o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, instituído em 16 de novem 2006, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, com objetiv elaborar propostas de políticas governamentais referentes à área da TA, como ferramenta de grande auxílio p pessoas com deficiência e sem deficiências específicas, aprovou o conceito brasileiro, depois de pesquisas, det

estudos minuciosos no referencial teórico internacional, surgindo assim:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII)

Apesar de ser um conceito novo em relação a outros na história da educação especial do nosso país, avanços percebidos no entendimento nacional e cultural de muitos profissionais de que, a tecnologia para quem não tem nenhuma deficiência aparente, facilita as coisas e para quem tem deficiência, a aprendizagem torna-se possível a realização de ações dentro das potencialidades individuais.

Na legislação nacional, ainda encontramos muitos documentos com o termo de “Ajudas Técnicas”, quando se refere à TA, necessitando de uma revisão de nomenclatura, que enquanto não forem ajustadas, ambas as grafias, devem ser consideradas nos documentos e pesquisas já postas.

O Decreto 3.298 de 1999, da legislação nacional fala no artigo 19 sobre o direito do cidadão brasileiro com deficiência por intermédio das Ajudas Técnicas, trazendo os elementos que permitem um desenvolvimento com eficácia apesar das limitações sensoriais, motoras ou mentais, ajudando na superação de barreiras ligadas a comunicação, mobilidade e inclusão social de todos que se encontram dentro dessas especificidades. Segundo Lima (2007), para efeitos do Decreto, são ajudas técnicas:

I - próteses auditivas, visuais e físicas;

II - órteses que favoreçam a adequação funcional;

III - equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;

IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia. (LIMA, 2007).

A TA está presente em outras legislações, garantindo por meio da mesma o acesso à educação e a sociedade de forma geral. Como uma das mais completas, temos a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, cujo seu Art. 74 traz que “é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida”.

A TA é de suma importância para TODOS que necessitam de recursos tecnológicos que compensem as barreiras das deficiências que impeçam a independência ou autonomia pessoal, independentemente de ter ou não deficiência, a garantia do direito de ir e vir.

Através do exposto, fica evidente que no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência intelectual tem contribuições relevantes, contudo, são as **tecnologias educacionais** pensadas para o desenvolvimento das potencialidades frente à educação pedagógica, que irão possibilitar ao professor estratégias e metodologias que atendam as peculiaridades inerentes ao comprometimento cognitivo desse aluno.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, para atender o aluno com deficiência intelectual, faz-se necessário a quebra de paradigmas em relação as propostas de atividades para esse público, assim:

O professor do atendimento educacional especializado deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. O atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema. (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 8).

Outro ponto importante em relação ao desenvolvimento cognitivo do aluno com deficiência intelectual vem sendo discutido pela neurociência e as funções cognitivas e sua relação com o cérebro, indissociáveis no processo de aprendizagem e no desenvolvimento desse aluno. Um mapeamento entre as funções cognitivas e o aprendizado escolar da pessoa com deficiência intelectual, na sua trajetória acadêmica, é traçado por Maia (2011) que traz:

Chamamos de funções cognitivas ao conjunto de funções cerebrais básicas que permitem a recepção e o processamento de estímulos (externos e internos) e as respostas aos mesmos. Em conjunto, representam o que comumente chamamos de pensamento, possibilitando a elaboração do raciocínio e da emoção, atributos que encontram sua máxima expressão na espécie humana. (MAIA, 2011, p. 31).

Nota-se que novos caminhos estão sendo apontados para o aprendizado escolar do aluno com deficiência intelectual, respeitando as peculiaridades e potencialidades desse público de grande abrangência nas nossas escolas, por meio da ligação de diversos fatores, criando assim, de acordo com Maia (2011, p. 31) uma rede de ramificações “neurobiológicas, cognitivas, emocionais e pedagógicas, além de estímulos apropriados”.

Então, as tecnologias educacionais entram como ferramentas importantes, por apresentarem inúmeras situações que podem promover o conhecimento em consonância com os estímulos adequados, contribuindo para uma aprendizagem onde não seja negado ao aluno com deficiência intelectual, o direito do saber. Galvão Filho (2016) coloca que:

As dificuldades decorrentes de uma deficiência intelectual são percebidas hoje, no contexto educacional inclusive como barreiras estáticas, mas como aspectos cognitivos ainda não desenvolvidos, ou desenvolvidos com dificuldade em relação aos quais a escola inclusiva deve investir e trabalhar com as ferramentas próprias da educação, que são as estratégias pedagógicas e as tecnologias educacionais adequadas a cada caso e a cada situação. Ou seja, soluções específicas da educação, configuradas para TODOS os seus alunos, conforme a necessidade, potencialidade e dificuldade de cada um. (GALVÃO FILHO, 2016, p. 14).

Evidencia-se que ter deficiência intelectual não é sinônimo de impossibilidade de aprendizado e que dificuldades permeiam essa caminhada em buscas de alternativas de aproximação com o saber real, visto que se trata de funções cognitivas que necessitam de estímulos adequados e não de tecnologia compensatória como traz Galvão Filho (2016).

Se as dificuldades do estudante com deficiência intelectual são percebidas hoje, não como barreiras estáticas como áreas cognitivas ainda em desenvolvimento, ainda em processo de aprendizagem, mesmo com todas as dificuldades, então essas dificuldades se relacionam, necessariamente, com as estratégias pedagógicas e as tecnologias educacionais que favoreçam o trabalho educacional, com a flexibilidade própria do paradigma educacional inclusivo, e não com recursos tecnológicos específicos, como os recursos da Tecnologia Assistiva, que "compensam barreiras ou deficiências". Uma tecnologia como um software leitor de tela, por exemplo, utilizado para facilitar o acesso ao texto escrito para um aluno com deficiência intelectual, não pode ser considerada, portanto, neste contexto educacional inclusivo, como uma "compensação prévia" ao trabalho educacional por meio de uma "Tecnologia Assistiva" porque, na verdade, a utilização desse recurso tecnológico já faz parte do cerne, da própria essência, do trabalho educacional. Por isso, a utilização desse recurso pode ser classificada como uma tecnologia educacional e uma estratégia pedagógica para acesso ao texto escrito por esse aluno, e não como Tecnologia Assistiva. É classificado, portanto, da mesma forma que essa tecnologia de acesso ao texto é classificada no uso com qualquer outro estudante sem deficiência, que também tenha dificuldades de leitura. Pois as dificuldades desses dois estudantes, com deficiência intelectual, têm a mesma natureza: são dificuldades de natureza cognitiva. (GALVÃO FILHO, 2016, p. 16).

Dessa forma, a tecnologia educacional que atenda aos alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado, são os recursos utilizados pelo professor, por meio de estratégias pedagógicas que atendam às especificidades desse público, que tem dificuldades de aprendizagem de natureza cognitiva, onde é a mesma tecnologia que permite a recepção e o processamento dos estímulos obtidos do externo e do interno, que depois de processados e internalizados, possibilitam as respostas às quais damos o nome de pensamentos.

Segundo Galvão Filho (2016, p. 16) "é fundamental nunca esquecer que, no contexto educacional inclusivo, se percebe a percepção da diversidade e não da uniformidade, em relação ao desenvolvimento das funções cognitivas aprendizadas".

A partir dessa percepção, portanto, entende-se que a superação, por um estudante na escola, das dificuldades referentes às Funções Cognitivas, mesmo quando comprometidas por uma deficiência, está relacionada às estratégias pedagógicas e à tecnologia educacional para o acesso aos conhecimentos e ao aprendizado, e não à Tecnologia Assistiva. (GALVÃO FILHO, 2013, p. 40).

Sendo assim, desmistifica o uso de TA para os alunos com deficiência intelectual, visto que os mesmos necessitam de estratégias e tecnologia educacional que com o apoio do atendimento educacional especializado, proporcione aos alunos a evolução cognitiva na efetivação do aprendizado que tenha sentido e que possa mobilizar as funções cerebrais no desenvolvimento do conhecimento acadêmico.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A educação inclusiva para os alunos com deficiência intelectual é um grande desafio tanto para as famílias quanto para os educadores. A inclusão de qualquer indivíduo na sociedade requer mudança atitudinal, não é suficiente apenas a capacitação, se as práticas e metodologias não são aplicadas.

Ao trabalhar com esse público, as autoras deste texto, percebem no cotidiano das escolas a descrença nas possibilidades do desenvolvimento das habilidades das pessoas com deficiência por parte de muitos professores e famílias. É necessário fazer um trabalho de conscientização e de sensibilização nas escolas.

Na prática, percebe-se que ao desenvolver atividades onde a comunidade escolar possa refletir sobre as suas práticas, assim como as contribuições dos colegas sem deficiência podem contribuir nesse processo e paralelamente ao acompanhamento com os pais, verifica-se que de forma gradativa ocorre as mudanças atitudinais.

É preciso entender que a inclusão para esse público é de fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dessas pessoas que precisam e tem o direito de estudar e conviver em sociedade.

O texto aborda as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para a pessoa com deficiência e a tecnologia assistiva como grandes colaboradores no processo de inclusão. A tecnologia assistiva maximiza as possibilidades de aprendizagem e oportuniza um melhor acesso ao conhecimento. Cabe ressaltar, que toda e qualquer tecnologia ao ser utilizada necessita de um planejamento criterioso para que possa de fato se tornar um recurso pedagógico, por isso, a importância das capacitações continuadas para os professores.

Infelizmente, o nosso país vem passando por uma crise política que está influenciando em todos os campos da sociedade e a educação está sofrendo duros cortes de verbas essenciais que ajudavam na manutenção do ensino e nas capacitações. Contudo, diante dessa difícil realidade os envolvidos com a educação não devem se desmotivados e incapazes de exercer com maestria o fazer pedagógico. É possível, trabalhar na perspectiva da coletividade e na socialização do conhecimento adquirido em prol de uma educação verdadeiramente inclusiva visando um objetivo comum: proporcionar a pessoa com deficiência uma educação com qualidade e humanização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDP. 2009. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>. Acesso em 01/07/2018.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar de 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2017/09/mec-divulga-dados-preliminares-do-censo-escolar-de-2017>. Acesso em 01 de julho de 2018.

DECRETO nº 3.298, de 29 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 01 de julho de 2018.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In: GOMES, C. (org.). **Discriminação e racismo nas Américas**: um problema de justiça, equidade e direitos humanos. Curitiba 2016, p. 305-321. ISBN: 978-85-444-1214-5. Também disponível em:

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e de **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**,

Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jul 2013. Disponível em: Acesso em 03 de julho de 2018.

GOMES, Adriana Leite, Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A Educação Especial: uma Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência. B. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

LIMA, Niusarete Margarida de. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência**. B. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

MAIA, Heber. **Funções cognitivas e aprendizado escolar**. In: MAIA, Heber. Neurociências e desenvolvimento cognitivo. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. 2ª Edição – Coleção Neuroeducação – Volume 2.